

Depois da Abertura

A ascensão de um civil à Presidência da República vai marcar em 15 de março o início da fase verdadeiramente de transição entre o fim do ciclo autoritário e o retorno à prática efetiva da democracia. Sob a luz dessa realidade tem sentido especial a manifestação do General Figueiredo, exortando seu sucessor a dar continuidade ao programa da abertura. Há sem dúvida uma interação de atividades que até certo ponto coloca no mesmo plano militares e civis, na procura comum de um caminho perdido. Mas a partir de um momento dado, nessa busca ansiosa e difícil, a cada uma das duas categorias de cidadãos toca o cumprimento de missão própria e exclusiva.

Afastado como era preciso, por impraticável e inconveniente, o recurso à reação armada, cabia aos militares remover com as próprias mãos os elementos de obstrução à saída democrática. E tocava inquestionavelmente a um general a missão, ainda militarmente concebida como tal, de viabilizar o retorno próximo da nação à dignidade do Governo Civil. As hesitações que acabaram inibindo o sucessor do General Geisel no prosseguimento de um trabalho realizado, até as eleições de 82, com lealdade e entusiasmo poderiam indicar desde logo as limitações impostas à sua ação na Presidência.

General entre generais, um Presidente militar é inevitavelmente condicionado às raias traçadas a um tipo de autoridade que a si mesma limita e enfraquece pela fatalidade da divisão entre iguais da mesma classe. O processo de seleção de chefes que se revezaram no mais alto posto da República, sem observância dos postulados republicanos da representação nacional em todos os níveis, tornou fechado e pequeno o espaço do Poder, isolando-o do corpo político pela necessidade interna de proteção contra impulsos de contestação da sociedade — reduzidos pela índole pacífica dos brasileiros a ensaios solitários e desatinados de guerrilha.

Abrir esse espaço à circulação da vontade nacional era missão ainda militar. Ocupá-lo de novo pela reinstalação do Governo Civil — eis o que significa a exortação do General Figueiredo ao homem que o Colégio Eleitoral escolher para substituí-lo — é missão de natureza diferente a ser cumprida pelos civis, com o apoio necessário dos militares. Dar assim “continuidade à abertura” é criar condições ao exercício adequado do Poder, direcionado então para o objetivo de reconstruir a ordem constitucional.

Tarefa delicada, sua exata e prudente execução exige do futuro Presidente talento específico: o talento político, propiciador de uma atmosfera favorável à redistribuição dos encargos institucionais concentrados nas mãos das classes armadas por anomalia que cobriu duas décadas. Vinte anos de destruição da ordem constitucional requerem, pelo menos, mais vinte para um trabalho eficiente de recomposição. O Chefe do próximo Governo estará, pois, investido em responsabilidade a que corresponderá com propriedade tanto maior quanto mais aguda for a consciência das peculiaridades limitativas de sua ação. Cabe-lhe coordenar as forças dispersas da sociedade e as instituições que a refletem, para fazer um Governo atento à sua natureza especial: um Governo de transição para o renascimento e consolidação do regime republicano e do sistema federativo.

Afastados do Poder diretamente exercido, os militares estarão por sua vez devolvidos à atmosfera psicológica propícia à tradicional atitude de estrito acatamento à lei. Novamente unificada a autoridade na pessoa do Presidente, será este o primeiro e grande passo para a transição a que o General Figueiredo preferiu, cautelosamente, definir como processo para dar continuidade à abertura. Sua experiência pessoal de Presidente militar é mais que suficiente para justificar a cautela.